



Desenvolvimento, educação e sustentabilidade: questões emergentes e desafiadoras

Marlene Barbosa de Freitas Reis¹
Daniela da Costa Britto Pereira Lima²
Mônica Desiderio³

Resumo: O texto apresenta reflexões teóricas sobre a relação entre desenvolvimento, educação, sustentabilidade e o redimensionamento dos conceitos decorrentes das transformações ocorridas após a segunda guerra mundial, das quais modificaram o modo de pensamento em relação ao desenvolvimento e, por conseguinte, o modelo de crescimento econômico. Estes novos paradigmas incitaram mudanças em todos os campos da sociedade: econômico, político, social, ambiental e, principalmente, educacional. Finaliza-se as reflexões concluindo que é necessária a articulação entre meio ambiente, relações sociais, educação e desenvolvimento, reconhecendo a interdependência entre os seres e da complexa teia de relações entre eles. Requer pensar uma educação ancorada “na” e “para” a sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade. Educação.

Development, education and sustainability: emerging and challenging issues

Abstract: This paper presents theoretical reflections on the relationship between development, education, sustainability and resizing the concepts arising from transformations that occurred after World War II, which changed, substantially the mode of development and the economic growth model. These new paradigms urged changes in all fields of society: economic, political, social, environmental, and especially education. Ends up the reflections concluding that it is necessary the articulation between the environment, social relations, education and development, recognizing the interdependence between human beings and complex web of relationships between them. Requires thinking a docked education "in" and "to" sustainability.

Keywords: Economic development. Environment. Education.

¹ Pós doutora em Gestão da Informação e Conhecimento pela Universidade do Porto, Portugal (2015). Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ (2013). Mestrado em Ciências da Educação Superior pela Universidad de La Habana - Cuba (2003). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1989). E-mail: marlenebfreis@hotmail.com

² FE-Universidade Federal de Goiás e Pesquisadora CNPq. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação - FE/UFG. Editora Associada da RBPAAE – Anpae. Líder do GEaD - Grupo de pesquisa em tecnologias e educação a distância/CNPq. E-mail: professoradanielalima@gmail.com

³ Pós-Doutorado em Políticas Públicas de Inovação em Saúde - CDTS/Fiocruz (2013). Doutorado em Ciências Sociais pela UFRJ (2008). Mestrado em Administração pelo Unimonte (2003). E-mail: monidesiderio@gmail.com

Desarrollo, educación y sostenibilidad: cuestiones emergentes y desafiantes

Resumen: Este artículo presenta reflexiones teóricas sobre la relación entre el desarrollo, la educación, la sostenibilidad y el cambio de tamaño de los conceptos derivados de los cambios que se produjeron después de la Segunda Guerra Mundial, que cambió sustancialmente la forma de pensar en relación con el desarrollo. Estos nuevos paradigmas instaron a los cambios en todos los ámbitos de la sociedad: económicos, políticos, sociales, ambientales y de educación especial. Termina las reflexiones que concluyen que es necesario la articulación entre el medio ambiente, las relaciones sociales, la educación y el desarrollo, reconociendo la interdependencia entre los seres humanos y la compleja red de relaciones entre ellos. Requiere pensar una educación atracado "en" y "para" la sostenibilidad.

Palabras clave: Desarrollo. Sostenibilidad. Educación.

Introdução

Este estudo intenciona suscitar uma reflexão sobre o desenvolvimento econômico, sustentabilidade e educação, que, a partir das transformações ocorridas após a segunda guerra mundial, das quais modificaram, de forma substancial, o modo de produção e de pensamento em relação ao desenvolvimento e, por conseguinte, o modelo de crescimento econômico. Estes novos modos ou paradigmas sob bases neoliberais, incitaram mudanças em todos os campos da sociedade: econômico, político, social, ambiental e, principalmente, educacional. Por essa razão, entendemos que é preciso discutir o conceito de sustentabilidade ampliando-o para muito além das questões ambientais a fim de que ocupe lugar na interlocução com a educação e a conscientização humana.

Nesse sentido, o objetivo do texto é contribuir com alguns apontamentos que possam subsidiar reflexões sobre a demarcação de inspirações globalizadoras que contribuíssem para o estabelecimento de novas relações entre os países desenvolvidos e os ditos em desenvolvimento, suas relações com as questões ambientais, planetárias e educacionais nesse contexto.

Na busca pelo crescimento econômico, os países periféricos se basearam em modelos externos que indicariam como eles deveriam crescer. Os países centrais começaram bem mais cedo o seu processo de industrialização e acompanhado a ele, de degradação do meio ambiente. Esse fato deveria fazer com que países periféricos considerassem esse elemento importante para que a degradação não alcançasse índices tão alarmantes quanto dos países centrais.

Vale dizer que promover um crescimento sustentável nos padrões inerentes ao sistema capitalista é destacar a aparente incompatibilidade que os permeia. Os critérios

estabelecidos para o processo de produção e de consumo transcendem os princípios da preservação ambiental no sentido de que para o capitalismo atual, a valorização dos bens e serviços é que impulsionam seu desenvolvimento a partir da geração e acumulação de lucros.

A par disso, uma questão que se coloca é: como crescer e competir no mercado altamente concorrente e incerto com os devidos cuidados com a preservação do ambiente? Em outras palavras, como contribuir para que o desenvolvimento seja de fato sustentável e planetário numa economia controlada por princípios capitalistas onde o valor maior é o acúmulo de capital e não o bem comum e a qualidade de vida das pessoas, sustentado pela justiça social? Qual é o papel da educação nesse contexto?

Nessa ótica, responder a tais inquietações implica dizer que os termos “capitalismo” e “sustentabilidade” além de polissêmicos, são também antagônicos, pois são regidos por princípios distintos: enquanto o primeiro, busca por resultados imediatos, via lucro, para atender interesses e necessidades do capital, o último zela por resultados, a longo prazo, via preservação e conservação dos recursos naturais (renováveis e não renováveis), para “atender as necessidades humanas” (CORAGGIO, 1999). Esse é, sem dúvida, o princípio que os coloca em lados opostos. Assim, é importante destacar que o conceito de desenvolvimento sustentável ainda é tido como complexo, amplo e genérico, porém tem sido o discurso vetor de discussões e de políticas públicas em âmbito mundial.

A ideia do desenvolvimento econômico engendrado pelas economias centrais subsume as economias periféricas e desnivelam todas as possibilidades de evolução consciente. Consideramos extremamente coerente a assertiva de Celso Furtado (1974, p. 75) de que nesse sentido a “ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito”.

Os primeiros resultados desta nova concepção de cunho desenvolvimentista alteraram, universalmente, padrões de crescimento econômico e impuseram novas condições de produção e de concorrência sob o jugo dos princípios capitalistas alicerçados ainda mais na produtividade.

Dadas as necessidades de reorganização das deploráveis condições decorrentes dos danos causados pela segunda guerra mundial, a contradição do capitalismo entre a necessidade de assegurar uma demanda suficiente e a fuga para frente na corrida da produtividade (DUPUY, 1980) foi ainda mais acirrada e o fosso entre países desenvolvidos e em desenvolvimento foi alargado, sobretudo nas questões referentes ao meio ambiente, sustentabilidade e sua relação direta com a educação.

Lima (2003) salienta que uma educação que visa a sustentabilidade vai além da educação ambiental que não se mostrou capaz de atender a crescente complexidade da crise contemporânea na área. Gadotti (2008) complementa que a sustentabilidade é um conceito poderoso para a educação porque pode promover uma oportunidade para que ela “renove seus velhos sistemas, fundados em princípios e valores competitivos” (p. 77). Assim, é preciso refletir sobre a complexidade ambiental relacionada à educação como uma nova racionalidade e um espaço em que se articulam natureza, ética, formação e cultura (JACOBI, 2003). Assim, a proposta deste estudo possui um caráter qualitativo e bibliográfico de coleta de dados e traz resultados de pesquisa que relaciona o desenvolvimento econômico, a sustentabilidade e educação. Inicialmente apresenta a relação entre o crescimento econômico das nações, principalmente centrais, e a crise ecológica/ambiental; a relação entre desenvolvimento e meio ambiente e, por fim, a relação entre desenvolvimento econômico, educação e meio ambiente.

Crescimento econômico e crise ecológica?

A literatura do Pós II Guerra Mundial sobre a economia do crescimento tem-se inclinado a distinguir entre o processo de crescimento dos países de desenvolvimento relativamente elevado e o das chamadas zonas subdesenvolvidas (BRUTON, 1969). Podemos dizer que nesse período os processos de desenvolvimento consistiram em políticas de promoção da industrialização e em políticas sociais de cunho assistencialista.

Prebisch (1950 apud YOUNG; LUSTOSA, 2003), na década de 1950, lança a tese de que existe um sistema de relações econômicas internacionais como se fosse uma constelação, em que no centro estariam os países industrializados e a periferia seria a América Latina, cuja lógica favorecia e atendia os interesses do centro. O centro produzia manufaturas, era responsável pelo desenvolvimento tecnológico, enquanto a periferia fornecia matérias-primas, o que fazia com que a distribuição de ganhos de produtividade não fosse uniforme, já que para o centro ficava a geração e disseminação do progresso tecnológico.

Essa lógica perversa e a relação construída entre países centrais (industrializados) e periféricos (não industrializados) foi se constituindo numa ação de dependência dos países periféricos sobre os centrais para seu crescimento e de uma exploração das matérias-primas e bens naturais dos países centrais sobre os periféricos, pois os centrais já desgastaram e degradaram seu meio ambiente e agora encaminham para os países periféricos que o façam na busca pelo desenvolvimento e entrada de capital através da exportação de seus bens.

Dáí decorre que para garantir tais princípios, foram criadas estratégias com foco para a economia do consumo, pois segundo Bonfim (2010, p. 11), “quando consumimos pouco, a indústria cai, o desemprego aumenta, o setor terciário também sofre, a crise se instala e todos os seus efeitos mais perversos podem aparecer”. Em outras palavras, a lógica consumismo/produtivismo gera uma outra lógica: a da destruição do meio ambiente. Esse incentivo exacerbado ao consumismo explica, portanto, o ritmo acelerado da busca pelo crescimento econômico das últimas décadas e, na sua contramão, a crise ecológica eclodida a partir destas mudanças.

Dupuy (1980) descreve a lógica do crescimento econômico relacionado à crise ecológica, pois esse crescimento deu origem a desperdícios, degradações do meio ambiente e fez aparecer raridades, ou seja, bens naturais que estão se degradando e entrando em extinção.

Para a economia do crescimento, cada capitalista quer investir em técnicas que permitam produzir mais, a um menor custo e que essas mercadorias produzidas tenham compradores, exigindo o reconhecimento pelo mercado do valor social dos produtos que se apresentam. Assim, uma das maiores ameaças a ser enfrentada seria uma falta de crescimento ou uma diminuição dos lucros acompanhado pela insuficiência da demanda (DUPUY, 1980).

Dois fenômenos foram evidentes após a II Guerra, segundo Dupuy (1980), para a compreensão desse crescimento e de sua relação com a crise ecológica: dos bens distintivos e dos bens “duráveis”.

No primeiro, dos bens distintivos, a natureza dos bens colocados no mercado tem mais utilidade social quanto mais desigualmente forem repartidos. O valor de uso diminui quando cresce o número dos que o consomem. “Para satisfazer um mesmo valor de uso, é preciso um valor de troca mais forte” (DUPUY, 1980, p. 17).

O segundo, dos bens “duráveis”, é caracterizado pela diminuição da duração de vida dos bens de consumo, mais para renovação do que para aumentar o número de pessoas que os possuem. Antigos produtos foram substituídos pelos novos que custam mais caro e contém mais matérias-primas não renováveis e mais energia.

A contradição do capitalismo entre a necessidade de assegurar uma demanda suficiente e a “fuga para frente” na corrida para a produtividade exige valores de troca cada vez maiores para satisfazer valores de uso constantes, justamente para atender os dois fenômenos, pois é “preciso um valor de troca crescente para garantir um mesmo valor de uso” (DUPUY, 1980, p. 18), ou seja, as condições que permitem o crescimento da

demanda e a realização do valor de troca produzido são exatamente as que provocam a perda de eficácia da economia.

A lógica da economia de crescimento é colocada como sendo um problema que ameaça a base do sistema produtivo devido à redução da duração dos bens, principalmente dos bens tidos como “distintivos”. Esse processo acaba afetando o custo da reprodução da força de trabalho, considerando os desperdícios, a degradação do meio ambiente, a degradação das condições de vida e a questão da possibilidade de escassez de matérias-primas e a rarefação de elementos naturais fundamentais.

Sob esta ótica, uma das características decorrente deste princípio passou a ser a durabilidade dos produtos donde a diminuição de vida dos bens de consumo incidiu no agravamento da “situação já colocada pelos bens de consumo distintivos, pois se torna necessário um valor de troca crescente para assegurar o mesmo valor de uso” (CARMO, 1993, p. 12), o que também gera outro lado perverso da sedução infinita do capitalismo que acaba impondo a lógica de que “aos custos crescentes de produção da demanda acrescentam-se doravante os custos crescentes de reprodução do sistema produtivo” (idem).

Bomfim (2010, p.11) é muito coerente ao elucidar o discurso do ex-Presidente Lula proferido em 2008 e que aqui agora ilustra muito bem essa questão da imposição da lógica do sistema produtivo.

[O trabalhador] pensa assim: eu não vou fazer a compra porque eu tenho medo de perder o emprego. O que eu quero dizer é que ele corre o risco de perder o emprego, se ele não comprar porque ele não comprando o comércio não encomenda para indústria, que não produz, e sem produzir, não tem emprego [na indústria]. (Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2008, sobre a crise que abateu a economia mundial no final da primeira década do sec. XXI).

Essa concepção revela claramente a lógica e objeto dessa discussão de que o que passa a ter maior valor é a satisfação de uma nova necessidade imposta pelo capitalismo, mesmo que isso signifique um “pseudo” compromisso com controle do meio ambiente.

Por que denominamos de um “pseudo compromisso”? Ora, por questões lógicas e naturais, compete ao homem e não mais a ninguém a responsabilidade de cuidar e preservar seu habitat e suas condições concretas de sobrevivência. Quaisquer que sejam as tendências impostas pelo sistema capitalista, vale lembrar que a produção e o consumo desenfreado não devem sobrepor às questões humanas no sentido da ontologia do ser humano. Por isso, a ideia do desenvolvimento econômico engendrado pelas economias centrais subsume as economias periféricas e desnivelam todas as possibilidades de

evolução consciente. Consideramos extremamente coerente a assertiva de Celso Furtado (1974, p. 75) de que nesse sentido a “ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito”.

Não resta dúvida de que a globalização e essa lógica consumista-produtivista do modelo capitalista vem a cada dia impactando e provocando consequências desastrosas ao meio ambiente. Por isso mesmo, o desenvolvimento sustentável tem ganhado destaque nas discussões ambientais e nos movimentos de defesa do meio ambiente. O que ocorre é que é urgente e necessário não só descobrir formas de controle, mas sobretudo, de “consciência ecológica para preservar a natureza e para a sustentabilidade da sociedade” (BOMFIM, 2010, p. 13).

Aqui vale uma ressalva enfática de que, apesar das diferenças constituintes da natureza de cada um (homem-natureza), o homem também tem que ser preservado e, nestes termos pode-se dizer que ele também é meio ambiente.!? Ao considerar sua intensiva degradação e extinção também pensamos que sim, e por isso mesmo ele não deve ser visto como um ente externo a esta problemática, juntamente com o poder público no sentido de imbuírem-se da responsabilidade de promover uma cultura de consumo sustentável quanto de desenvolvimento também sustentável. Esta tarefa implica um novo olhar e desenvolvimento da educação para a formação de uma cultura de resgate de valores, hábitos e princípios voltados para o respeito e preservação da fauna, da flora e do ecossistema planetário em sua amplitude. Em outras palavras,

é preciso compreender a vida como consequência da história da Terra e a humanidade como consequência da história da vida na terra. A relação do ser humano com a natureza e o planeta não pode ser concebida de um modo redutor nem separado, como se depreende da noção de globalização, porque a Terra não é a soma de elementos disjuntos: o planeta físico, mais a biosfera, mais a humanidade; a relação entre a Terra e a humanidade deve ser concebida como uma entidade planetária e biosférica (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 63-64)

Por isso mesmo, não basta que metas estejam garantidas por documentais legais expressos, como, por exemplo, a Eco 92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), realizada aqui no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro e que teve como adesão representantes do mundo inteiro para discussão e implementação de políticas que subsidiassem parcerias para colocar em prática a “Agenda 21”, isto é, discutir os desafios postos para o século XXI, e que “apesar de não ter força vinculativa, por tratar-se tão-somente de uma declaração de intenções, passou a ser instrumento de planejamento

racional de ações para diversos países, desenvolvendo um papel extraordinário para a concretização de uma cultura de consumo e desenvolvimento sustentáveis” (PINTO, 2010).

Carmo (1993), sobre a obra de Dupuy, coloca que se por um lado à qualidade de vida é apresentada como sendo freio ao sistema capitalista e por isso tem a capacidade de fazer com que este sistema se redirecione, por outro lado à qualidade de vida pode servir e serve, como bandeira de luta por uma sociedade mais igualitária e melhor organizada em sua inserção ecológica.

A dimensão Ambiental nos estilos de desenvolvimento

A globalização, tal como a vemos hoje, caracteriza a era planetária, embora o termo “planetarização” seja mais complexo que “globalização” (MORIN, 2003) . Esta globalização opera uma mundialização tecnoeconômica, que pode ser considerada como a emergência de uma infraestrutura e de um novo tipo de sociedade, ancorada no capitalismo (MORIN, 2003), tem como princípio a relação trabalho assalariado-capital e, como contradição, a relação social-apropriação privada (OLIVEIRA; LIBÂNEO; TOSCHI, 2003). Outra característica importante desse modelo de globalização é a interconexão das economias de países diferentes, sendo responsável pelo desenvolvimento das relações internacionais, comprometendo os recursos naturais e o meio ambiente como um todo. Assim, globalização e meio ambiente acabam por ter como elemento de ligação o desenvolvimento.

Globalização é o termo que tem sido utilizado para expressar uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito da época e a etapa atual de desenvolvimento do capitalismo [...], um acelerado processo de integração e reestruturação capitalista. É exatamente por isso que há quem diga que a globalização é um conceito ideológico ou uma construção ideológica que tem por trás a ideologia neoliberal (OLIVEIRA; LIBÂNEO, 1998, p.598).

Sob esse escopo, vale considerar que o conceito de desenvolvimento não se dá mais sob a égide do crescimento econômico medido apenas pelo PIB de um país, mas envolve outras variáveis como a melhoria da qualidade de vida das pessoas a partir de um desenvolvimento sustentável. Por isso é interessante pensar a relação interposta pela tríade: globalização, meio ambiente e desenvolvimento.

Por certo, nos países onde a modernização ocorreu sem o desenvolvimento econômico pautado nestes termos, como os periféricos, o processo de industrialização apresenta características muito particulares e tende a enfrentar uma grande dificuldade

(FURTADO, 1974), pois estes foram rapidamente transformados em importadores de novos bens de consumo com adoção de padrões irregulares em relação aos países centrais.

Segundo Young e Lustosa (2002, p. 585), esta realidade pode ser verificada no Brasil, pois a política ambiental não foi prioridade também no processo de industrialização que pode ser explicado pela intensificação das atividades poluentes na composição setorial do produto industrial.

Para Hammoud (2008), existe um debate na Economia Política sobre o fato da diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. “Numa economia capitalista, o crescimento econômico é condição *sine qua non* para a manutenção e desenvolvimento no longo prazo do sistema capitalista. Porém, permanece o debate se crescer teria o mesmo significado que se desenvolver” (p. 2). Para refletir sobre isso, o autor coloca que Furtado (1983) abordou o tema do subdesenvolvimento de forma ousada.

Furtado (apud HAMMOUD, 2008) não vê o subdesenvolvimento como se fosse uma etapa, e nem um estágio em que todos os países o atravessariam, mas a parte mais extensa da sociedade capitalista. Ao focalizar o estudo do subdesenvolvimento ele percebeu que: “A teoria do subdesenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial.” (2001, p. 48 apud HAMMOUD, 2008, p. 04).

Para Furtado (2002, apud HAMMOUD, 2008), o Brasil não se desenvolveu, apenas modernizou-se. Para que ocorra o desenvolvimento, para o mesmo autor, se faz necessário que a população como um todo seja beneficiada, ou seja, para se desenvolver é necessário que haja um crescimento com industrialização e distribuição de renda, pois pode ser que ocorra crescimento sem desenvolvimento.

Até a II Guerra Mundial, o desenvolvimento era entendido como o crescimento da capacidade produtiva de uma economia e, por consequência, do volume de bens e serviços oferecidos. A partir de então, observando-se a desigualdade existente entre os países subdesenvolvidos (não-industrializados) e os países desenvolvidos (industrializados), incluindo os países europeus destruídos pela guerra e que passaram por um processo de reconstrução, o conceito de desenvolvimento passou a abordar o aumento da capacidade produtiva da economia, acompanhado por melhorias na qualidade de vida da população e melhor distribuição de renda. (MELO; LUSTOSA, 2007, p. 90).

Bomfim (2010) destaca que a igualdade é um mito, justamente porque o desenvolvimento dos países e das pessoas não acontece da mesma forma e o que se

constata é uma dependência parasitária entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, em que a troca material (e simbólica) é desigual, desfavorável aos mais pobres ditos subdesenvolvidos, periféricos ou dependentes. O autor completa dizendo que os países desenvolvidos são os que mais poluem e que nos países parasitalmente dependentes se faz urgente refletir a temática ambiental, sem, no entanto, reivindicar poluir, como os países desenvolvidos, para crescer.

Após a II Guerra, os processos de desenvolvimento consistiram em políticas de promoção da industrialização e em políticas sociais de cunho assistencialista. Prebisch (1950 apud YOUNG; LUSTOSA, 2003), na década de 1950, lança a tese de que a América Latina fazia parte de um sistema de relações econômicas internacionais como se fosse uma constelação, em que no centro estariam os países industrializados e a periferia seria a América Latina, cuja lógica favorecia e atendia os interesses do centro. O centro produzia manufaturas, era responsável pelo desenvolvimento tecnológico, enquanto a periferia fornecia matérias-primas, o que fazia com que a distribuição de ganhos de produtividade não fosse uniforme, já que para o centro ficava a geração e disseminação do progresso tecnológico.

Segundo Coraggio (1999, p.20), para a América Latina, tais mudanças significaram uma “estrutura econômica rígida, com pouca competitividade e autonomia inovadora uma modernização associada a uma urbanização demasiadamente acelerada com respeito à capacidade dinâmica da indústria para prover empregos” e, conseqüentemente para gerar políticas públicas com vistas à sustentabilidade, fatores que exacerbaram ainda mais a distância entre estes e as economias desenvolvidas, além de ter aumentado o fosso da degradação ambiental decorrente do uso excessivo e desordenado dos recursos naturais na corrida ao mercado internacional.

Esse padrão de desenvolvimento reforçou uma estrutura social heterogênea, aprofundando uma exclusão social, já que permaneceu com a produtividade e capacidade de gerar renda baixa. Isso fez com que o ganho da periferia se concentrasse nas mãos da elite beneficiária (classes exportadora e política). Essa concentração gerou padrão de consumo sofisticado pela elite engendrando uma dependência cultural da periferia em relação ao centro, além de proporcionar um processo de industrialização tardio para a periferia, geralmente imitando o centro (em épocas de crises em suas economias e que não acompanharam sua evolução), trazendo contradições importantes (YOUNG; LUSTOSA, 2003).

Considerando essa realidade, Melo e Lustosa (2007) colocam que o desenvolvimento capitalista do Brasil (e dos países periféricos – América Latina – e em desenvolvimento) trouxe elementos de exclusão social e degradação ambiental, trazendo uma crise socioambiental, comprovada com estatísticas oficiais sobre os indicadores de desenvolvimento sustentável.

À vista disso, a definição mais usual e universalizada é a do Relatório *Brundtland* cunhado em 1987 (apud CARVALHO E BARCELLOS, 2009, p. 3), na seguinte frase: desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazer as próprias necessidades.” Esta definição também é por natureza complexa e evidencia uma concepção atrelada ao crescimento econômico de modo compatível, embora perpassasse claramente um conceito “idealizado” tendo em vista que sua efetivação, na prática, é praticamente impossível.

Daí é simplista e ingênuo afirmar que na América Latina a percepção dos problemas ambientais se dá de forma diferente que nos países industrializados pelo fato de que nestes, a sociedade é mais informada, mobilizada e tem suas necessidades básicas satisfeitas”. Ora, de que necessidades básicas estamos falando quando na verdade é preciso considerar que estas se diferenciam de acordo com a realidade de cada país, região e até mesmo comunidade? Sendo assim, na verdade o mais coerente seria afirmar que a diferença de percepção sobre o meio ambiente entre o modelo de economia avançado e a América Latina se dá pelas diferenças estruturais tanto econômicas quanto sociais devido a instabilidade e incerteza instaurados com a globalização hegemônica.

Esta tese pode ser reforçada pelo sociólogo e educador português, Boaventura de Sousa Santos (2001, p. 56) que sintetiza bem sua indignação com a exploração excessiva dos recursos naturais e a “mercadorização” humana na sua declarativa abaixo:

a promessa da dominação da natureza, e do seu uso para benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da conseqüente conversão do corpo humano em mercadoria.

Ao evidenciar tamanha preocupação, Santos (2001) nos alerta e nos convida para juntos, entrelaçarmos esforços no sentido de comungarmos de um modelo de sociedade regido por princípios éticos inspirados numa concepção solidária onde a natureza e o planeta não precisem sofrer as consequências desastrosas do capital. Mas que possa

articular as dimensões econômica, social e ambiental de modo a conservar o Planeta e a Humanidade e suprimir o hiato entre países centrais e periféricos.

A legislação ambiental começou a aparecer no início do século XX. Kupfer e Hasenclever (2002) apresentam que isso não significa que não houvessem anteriormente problemas ambientais, pois o processo rápido de urbanização sem infra-estrutura adequada trouxe muitos problemas ambientais, como poluição e geração de lixo sem disposição adequada. Mueller (2007) designa poluição como o fluxo de dejetos gerado pelo sistema econômico e despejado no meio ambiente, com efeitos sobre o bem-estar humano, a sanidade e estabilidade de sistemas ecológicos.

Cada país apresenta princípios e tipos de instrumentos de Políticas Ambientais próprios (apesar de apresentarem traços gerais que são comuns em todos), já que cada país possui problemas ambientais específicos (KUPFER; HASENCLEVER, 2002), o que faz com que cada país, independente de ser central ou periférico, demonstre suas preocupações com o meio ambiente, desde que não seja uma barreira para seu crescimento econômico.

Desenvolvimento econômico, educação e meio ambiente: relação possível?

Conforme Furtado (1987 apud BONIFÁCIO; CONTADOR JÚNIOR, 2009), o ser humano gera atitudes e características quanto às suas necessidades, buscando bens externos para crescer. Dentro da economia, o homem é um ser insaciável e por isso, surge o problema de interpretação do que é necessidade. Desenvolvimento corresponde a ter acesso ao bem-estar, consumo e acumulação. Com o modelo expansionista, os países centrais impuseram uma certa subordinação dos países periféricos, criando novas necessidades, mostrando que cada país possui necessidades específicas e diferenciadas e que para lidar com os problemas ambientais, estes dependem das necessidades do país, para a elaboração e implementação das Políticas Ambientais e Industriais desse mesmo país.

Bomfim (2010) apresenta que o Sistema do Capital atual acelerará a extinção da espécie humana na Terra ou engendrará um ambiente bem mais inóspito, resultado de tanta agressão no tempo em que a natureza não é capaz de se renovar.

Não resta dúvida que hoje vivemos uma séria crise ecológica, dado que o capitalismo tem levado ao extremo sua produção material na busca incessante por lucro. Mesmo que as pressões populares de alguns países centrais tenham levado alguns Estados a implementarem políticas de conservação da natureza, recuperação de rios e lagos poluídos e colocação de equipamentos de controle e restrição de poluição nas

fábricas, a destruição ambiental continua a crescer nas regiões onde a consciência ambiental é fraca, mormente nos países subdesenvolvidos; a novas fronteiras de expansão [sic] do capitalismo. (MEDICI, 1983 apud BOMFIM, 2010, p. 14).

A citação colocada acima, remete a algumas reflexões no sentido de que como bem coloca Bomfim (2010), o capitalismo é resultado da história humana, não é perene e nem será a última sociedade. Então, como lidar com a degradação ambiental e de vida das pessoas, sem se despir do crescimento econômico?

Vivemos um momento em que enfrentamos tempos incertos e fluidos, vivemos em um mundo mutante, complexo, plural e indeterminado, sujeito ao imprevisto e ao inesperado. Guatarri (2001) coloca que não haverá resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais, concernindo as relações de forças visíveis em grande escala, mas também de sensibilidade, inteligência e desejo.

Para Guattari (2001), somente através de uma articulação ético-política, que ele denomina de três ecologias, é que poderia esclarecer as questões dos problemas ecológicos e ambientais. O que está em curso é a forma de se viver sobre este planeta daqui para frente. A esta articulação dá-se o nome de ecosofia, a qual é a relação entre as três ecologias: o meio-ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana.

O conceito de ecologia abrange as questões que dizem respeito à deterioração do meio ambiente e a autodestruição humana de forma mais completa, ressaltando pontos como a necessidade de rever a estrutura das classes sociais, o estabelecimento e cumprimento de regras universais dos direitos humanos, o reconhecimento da interdependência entre os seres e da complexa teia de relações entre eles (GUATARRI, 2001). Assim, verifica-se que o grande desafio da humanidade no século XXI está em desenvolver estratégias que garantam a sustentabilidade requerida, seja no âmbito social, econômico, ecológico ou cultural. Evidentemente, que o caminho mais coerente para essa nova maneira de olhar o mundo é por meio da educação.

Nessa perspectiva devemos fomentar uma consciência educativa que estimule não apenas a coleta seletiva, mas, acima de tudo, um despertar e uma sensibilização para as dimensões individual, local e planetária. Ou seja, uma educação que transcenda os limites da individualidade e alcance a coletividade, que promova um diálogo do indivíduo consigo mesmo, com a sociedade e a natureza (MORAES, 1996). E de que forma isso pode ser

feito? Pela educação despertando consciência ecológica e preocupação com a preservação do meio ambiente como propulsor da melhoria da qualidade de vida para todos.

Segundo o Relatório da UNESCO (2014), “Ensinar e Aprender: Alcançar a qualidade para todos” a educação tem demonstrado elemento importante para as pessoas terem vida saudável, aprofundar as bases da democracia e transformar atitudes para proteger o meio ambiente. Um dos caminhos apontados pelo documento se faz pela compreensão da ciência, do que está por trás da mudança climática e de outras questões ambientais. “Alunos de 57 países, com resultados melhores em ciências, relataram estar mais conscientes de questões ambientais complexas (UNESCO, 2014, p. 27). Um outro caminho apontado pelo documento está na possibilidade de desenvolver uma abordagem multidisciplinar no planejamento do currículo escolar, envolvendo atividades educacionais práticas e localmente relevantes para desenvolver a compreensão do meio ambiente e construir habilidades de promoção do desenvolvimento sustentável. O Relatório finaliza que, dentre outras consequências, dar prioridade à educação pode promover o progresso de uma nação além de aprender a preservar o meio ambiente.

Estas práticas devem ser temas de ação e reflexão desde a educação básica e, verdadeiramente construímos um modelo de educação que incida sobre a formação da maturidade social. Este será nosso desafio e nossa contribuição para um mundo mais equitativo e humano. Quem sabe ainda poderemos criar um conceito de desenvolvimento sustentável pautado no princípio da “humanização” e não no da produtividade? Afinal, defendendo e reforçando Lomborg (2002, p. 40), “assim como uma pessoa só pode ser a *favor* da liberdade e contra a fome e a destruição, é impossível ser qualquer coisa que não a *favor* do meio ambiente”.

Tais considerações, permitem revisitar Rousseau (1973) para questionar este modelo de sociedade impingido pelo capitalismo exacerbado, fato que nos leva a refletir sobre o desafio do século XXI: este modelo de sociedade vigente é capaz de subsistir os efeitos da lógica do crescimento a partir de situações de degradação não só meio ambiente, mas, sobretudo da dignidade humana e das condições sociais decorrentes e deformadas por este modelo social caracterizado pela lógica destruidora?

Enquanto seres humanos, temos o dever e a responsabilidade social de crermos que sim. Ademais, já não cabe mais apenas o discurso idealista de que preservar a natureza e todos os seus recursos geradores de riqueza é o caminho para o progresso de um modelo econômico sustentado na ética humana. Isto já é recorrente não só na literatura existente,

mas sobretudo, nos episódios de catástrofes naturais que vimos presenciando nos últimos tempos. Portanto, não temos escolha.

Ou será que a saída seria de fato a destruição desta sociedade à moda de Rousseau (1973) que tinha uma visão altamente pessimista e negativa da sociedade? Na sua sensibilidade, Rousseau enxergava o mal que a sociedade provocava no homem, corrompendo-o e destituindo-o de seu “estado de natureza” a partir das necessidades estabelecidas com as circunstâncias e com os laços sociais firmados.

Para Rousseau (1973), a sociedade da forma como foi constituída não tem nenhum sentido e nem conserto, por isso ela tem que ser revista pelo próprio homem a partir da consciência do percurso traçado para se chegar a este estágio de deploração do homem e da natureza. Deste modo, para ele, a saída seria uma nova forma de organização social e associação pautada no “contrato social” sob uma forma de governo e de leis e de outra relação com a propriedade a fim de garantir e proteger a liberdade individual.

Considerações Finais

Como vimos, na busca pelo crescimento econômico, os países periféricos se basearam em modelos externos que indicariam como eles deveriam crescer. Os países centrais começaram bem mais cedo o seu processo de industrialização e acompanhado a ele, de degradação do meio ambiente. Esse fato deveria fazer com que países periféricos considerassem esse elemento importante para que a degradação não alcançasse índices tão alarmantes quanto dos países centrais.

Young (1998) aponta para um outro cuidado que deve ser considerado pelos países periféricos: os países desenvolvidos aceitam impor restrições e penalidades às atividades emissoras em seu próprio território, mas circunstâncias econômicas fazem com que países em desenvolvimento busquem atrair investimento externo, o qual está interessado nas vantagens desses países (mão-de-obra barata, recurso natural abundante não controlado) de forma predatória. Com isso, as restrições ambientais não são impostas pelos países em desenvolvimento para não ameaçar tais investimentos. Young (1998) apresenta como saída a adoção imediata de políticas de controle ambiental para reorientar o perfil das exportações para atividades menos dependentes de recursos naturais.

Conforme vimos, existem duas formas de se ver os problemas ambientais relacionados à competitividade: a imposição de normas ambientais restritivas pelos países desenvolvidos pode ser uma forma camuflada de protecionismo de determinados setores industriais nacionais e essas mesmas normas estariam prejudicando a competitividade das

empresas nacionais, pois implicariam em custos adicionais ao processo produtivo, elevando os preços dos produtos e resultando na possível perda de competitividade no mercado internacional; e a imposição de padrões ambientais adequados pode estimular as empresas a adotarem inovações que reduzem os custos totais de um produto ou aumentam seu valor, melhorando a competitividade das empresas e, conseqüentemente, do país. (YOUNG; LUSTOSA, 2002, p. 11).

Tomamos as ideias de Guatarri (2001) de que precisamos ir mais além, em que as medidas políticas necessárias para a recuperação do nosso planeta, do nosso meio ambiente e das condições de vida do ser humano estão condicionadas às atitudes individuais de cada ser humano que existe no nosso planeta Terra, através da articulação ético-política (ecosofia), e não somente contemplando os danos parciais dos perigos industriais.

Nesse sentido, comungamos da assertiva de Young (1998) que a saída é a adoção imediata de controle ambiental para reorientar o perfil das exportações em atividades menos dependentes de recursos naturais. Essa adoção de controle ambiental pode estimular as empresas a buscarem inovações que reduzam os custos totais de um produto ou aumentam o seu valor, melhorando a competitividade das empresas e, conseqüentemente, do país (YOUNG; LUSTOSA, 2002).

Por fim, acreditamos que uma das saídas possíveis consiste numa articulação ético-política (GUATARRI, 2001) entre meio ambiente, relações sociais, educação e subjetividade humana reconhecendo a interdependência entre os seres e da complexa teia de relações entre eles. Isso requer pensarmos numa educação ancorada “na” e “para” a sustentabilidade, ou seja, uma educação que transcenda os limites do meio ambiente e prime pela formação do ser humano enquanto sujeito responsável direto pela melhoria da qualidade de vida de todos. Por isso, uma educação centrada nas dimensões individual, local e planetária.

A par do exposto, deixamos aqui nossa reflexão na certeza de que compete a cada um de nós, educadores, pesquisadores, seres humanos, a decisão da assumência de uma visão pessimista ou otimista em relação às contradições manifestas do capitalismo entre a necessidade de assegurar uma demanda suficiente e a “fuga para frente” na corrida pela produtividade e as sequelas e distorções provocadas tanto na natureza quanto no ser humano.

Entretanto, para “não” finalizar, vale lembrar que a primeira preocupação instintiva do homem no seu “estado de natureza” era sua própria conservação, o que explica que esta

célebre ação de preservar e de cuidar já era inerente ao ser humano, portanto, ela ainda pode ser uma ação factível. Ou não?

Referências

- BOMFIM, Alexandre Maia do. O (sub) desenvolvimento insustentável: a questão ambiental nos países periféricos latino-americanos. **Trabalho Necessário**. Ano 08, n. 10, 2010. Disponível em: < www.uff.br/trabalho_necessario > . Acesso em: 02 set. 2011.
- BONIFÁCIO, M.; CONTADOR JÚNIOR, O. Globalização, Desenvolvimento e o Meio Ambiente, 2009. **Revista FAAG**. Disponível em: < www.revistafaag.br-web.com/revistas/index.php/dica/article/view/41/41 >. Acesso em: 02 set. 2011.
- BRUTON, Henry J. Os modelos de crescimento e as economias subdesenvolvidas. IN: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Coords.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- CARMO, Roberto Luiz do. **O conceito de qualidade de vida**: uma primeira abordagem. Disponível em: <www.cendoec.nepo.unicamp.br/publicações/textos>. Acesso em: 12 set. 2011.
- CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de; BARCELLOS, Frederico Cavadas. Políticas públicas e sustentabilidade ambiental: construindo indicadores de sustentabilidade, 2009. **Revista Indicadores econômicos FEE**. Disponível em: < <http://revistas.fee.tche.br> >. Acesso em 04 set. 2011.
- CORAGGIO, José Luiz. **Desenvolvimento humano e educação**: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da educação para todos. São Paulo: Cortez, 1999.
- DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.15- 37.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade. **Inclusão Social**, V. 3, n. 1, 2008. Disponível em: < <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/113/122> >. Acesso em: 15 jan. 2015.
- GUATARRI, Felix. **As três ecologias**. 1 ed. Eletrônica, 2001. Disponível em: < [filozar.com/filosofia/Giles%20Deleuze/guattari-as-tres-ecologias\(3\).pdf](http://filozar.com/filosofia/Giles%20Deleuze/guattari-as-tres-ecologias(3).pdf) >. Acesso em: 14 set. 2011.
- HAMMOUD, Ricardo H. Naha. Crescimento, desenvolvimento e desigualdade de renda. Análise dos clássicos: Furtado, Cardoso e o “Milagre”Econômico, 2008. **Economia & Tecnologia**. Disponível em: < http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_aceitos.html >. Acesso em: 02 set. 2011.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

KUPFER, David e HASENCLEVER, Lia (orgs). **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p.569-590.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Gustavo da Costa. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente e Sociedade**, V. VI, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2003000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LOMBORG, Bjorn. **O ambientalista cético: revelando a real situação do mundo**. Tradução Ivo Korytowsk e Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LOYOLA, Roger. **A economia ambiental e a economia ecológica: uma discussão teórica**. Disponível em: <www.ecoeco.org.br/publicações>, 2008. Acesso em: 13 set. 2011.

LUSTOSA, M. C. J. ; YOUNG, C. E. F. Política ambiental. IN: KUPFER, David; HASENCLEVER, L. (Orgs.). **Economia industrial – Fundamentos Teóricos e Práticas no Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2002, p. 569-590.

MELO, L. M. C. de; LUSTOSA, M. C. J. Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise a partir de indicadores do IBGE. **Economia política do desenvolvimento**. Maceió, V. 01, N. 01, jan/abr. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/91/79>>. Acesso em: 02 set. 2011

MORAES, Maria Cândida de. O Paradigma educacional emergente: implicações na formação do professor e nas práticas pedagógicas. **Em Aberto**, Brasília, ano 16. n.70, abr./jun. 1996.

MORIN, Edgar. Uma mundialização global. IN: MORAES, D. de (org.). **Por uma outra comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio-Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária: o pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

OLIVEIRA, J. F. de e LIBÂNEO, J. C. A Educação Escolar: Sociedade Contemporânea. **Fragmentos de Cultura**. Goiânia: IFITEG, v.8 n. 3 p. 597-612. mai./jun.1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Relatório Ensinar e Aprender: alcançar a qualidade para todos**. Paris, França, 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

PINTO, Oriana Piske de Azevedo Magalhães (coord.). 2010. **Desenvolvimento sustentável e globalização**. Disponível em: < <http://www.imagdf.org.br/Files/Conteudo/43/upload.pdf>> . Acesso em 07 set. 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973 – Coleção Os Pensadores. p. 238-288.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. 12. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

YOUNG, C. E. F.; LUSTOSA, M. C. J. A questão ambiental no esquema centro-periferia. IN: **Economia**. V. 4, N. 02, jul/dez. 2003, Niterói, RJ. Disponível em: < www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n2p201_221.pdf>. Acesso em: 02 set. 2011.

_____. **Meio ambiente e competitividade na Indústria brasileira, 2002**. Disponível em: < www.ifm.org.br/moodle/file.php/19/20528.pdf>. Acesso em: 02 set. 2011.

YOUNG, C. E. F. (1998) O Desenvolvimento Energético e a Base de Recursos Naturais. In: OLIVEIRA, A. (ed.). **Energia e Desenvolvimento Sustentável**. IE/UFRJ: Rio de Janeiro, 1998.

*Submetido em: 06-03-2018.
Publicado em: 15-12-2018.*